

**Revisionismo histórico e ideologia:
as diferentes fases da política econômica dos governos do PT**

*Historical revisionism and ideology:
the different phases of the economic policy of PT's government*

Nelson H. Barbosa-Filho*

Resumo

A maioria dos críticos dos governos do PT divide a política econômica brasileira de 2003-16 em apenas duas fases, pré e pós-2006, com base na mudança do comando do Ministério da Fazenda naquele ano. Esta classificação é simplista e fortemente ideológica, pois é possível discernir quatro fases distintas de política econômica de 2006 em diante, com base na evolução do cenário externo e das prioridades econômicas do governo. Este texto apresenta essa taxonomia e os números de crescimento do PIB e inflação em cada período.

Palavras chave: Brasil; Política econômica; governo do PT.

Abstract

Most of the critics of the PT government divide the Brazilian economic policy in just two phases, pre and post-2006, based on the change of command in the Ministry of Finance during that year. Such a division is simplistic and highly ideological, since it is possible to discern four distinct phases of economic policy from 2006 onwards, based on the evolution of the world economy and the government's priorities. This paper presents this alternative taxonomy and the GDP growth and inflation in each period.

Keywords: Brazil; Economic policy; PT government.

JEL Classification: N16; P50

* Professor da FGV e da UnB. E-mail: nelson.barbosa@fgv.br. O autor agradece os comentários e sugestões do parecerista anônimo. As opiniões e eventuais erros e omissões são de exclusiva responsabilidade do autor, que atuou como Secretário do Ministério da Fazenda, Ministro do Planejamento e Ministro da Fazenda durante os governos do PT analisados neste artigo.

1. Introdução

Em anos de eleição o debate político normalmente perde objetividade em prol de generalizações de acordo com a preferência ou inclinação ideológica do autor. A análise da política econômica não é imune a esse tipo de revisionismo e, recentemente, temos assistido a simplificações predominantemente jornalísticas na análise das ações dos governos do PT (Safatle et al., 2016; Bolle, 2016).

Em linhas gerais, a maioria dos críticos dos governos Lula e Dilma tende a dividir a política econômica recente em apenas dois períodos, pré e pós-2006, utilizando a substituição de Antônio Palocci por Guido Mantega no comando do Ministério da Fazenda como referência para mudança de qualidade das ações do governo (Werneck, 2010).

Na opinião destes críticos a política econômica piorou a partir de 2006, sendo essa tendência acentuada a partir de 2009 (Lisboa, 2009), quando o governo do Presidente Lula adotou várias medidas de combate aos efeitos da crise internacional daquela época.

Essa taxonomia da política econômica é extremamente simplista, pois após 2006 é possível discernir fases bens distintas das ações do governo, cada uma com estratégias e resultados diferentes. O mesmo aconteceu, aliás, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), quando o governo mudou da âncora cambial do Plano Real para o sistema de metas de inflação que temos até hoje (Giambiagi, 2011).

Este texto tem por objetivo apresentar uma classificação alternativa das principais fases da política econômica brasileira, com ênfase nos governos do PT, de modo a melhor avaliar se e quando houve a “perda de qualidade” da política econômica.

2. O Brasil comparado com o Brasil

O primeiro passo ao analisar a política econômica é apresentar sua evolução no tempo, comparando os resultados de fases distintas de uma mesma economia. Com esse objetivo, a tabela 1 propõe a divisão do período de 1994 a 2017 em oito fases, cada uma com três anos, com base na estratégia de política econômica do governo e o cenário externo de cada período.¹

Tabela 1. Brasil, inflação e crescimento médio anual do PIB, 1994-2020

Período	Crescimento médio anual do PIB real	Inflação média ao ano
1994-96	4.0%	A inflação cai de 2.477%, em 1993, para 9,6%, em 1995
1997-99	1.4%	5.2%
2000-02	2.9%	8.7%
2003-05	3.3%	7.5%
2006-08	5.0%	4.5%
2009-11	3.7%	5.6%
2012-14	1.8%	6.1%
2015-17	-2.1%	6.6%

Fonte: IPEADATA, elaboração do autor.

¹ Para uma taxonomia alternativa, baseada nos mandatos presidenciais, ver Carvalho (2018).

O primeiro período corresponde à implantação do Plano Real, em **1994-96**, quando a âncora cambial possibilitou o fim do longo período de inflação elevada no Brasil e contribuiu para a aceleração do PIB, que teve crescimento médio de 4,0% aa. Neste período a política fiscal foi relativamente expansionista, houve aumento do déficit em conta corrente e dependência crescente da entrada de capitais externos para manter a âncora cambial. A redução abrupta da inflação e a apreciação do cambial promovida pelo Plano Real tiveram grande efeito positivo sobre o PIB durante este período, indicando que reduções da taxa de câmbio real tem efeito inicial expansionista no Brasil (Barbosa-Filho, 2015). No longo prazo, à medida que a apreciação cambial reduz a competitividade do setor comerciável da economia, os efeitos tendem a ser negativos devido à desaceleração da produtividade. Porém, antes que isso ocorresse, uma série de choques externos pôs fim ao Plano Real.

O segundo período, em **1997-99**, foi marcado pela crise do Plano Real, devido às contradições internas da política econômica daquela época e aos efeitos das crises do Leste Asiático (em 1997) e da Rússia (em 1998) sobre o balanço de pagamentos brasileiro. A partir do final de 1997, houve um ataque especulativo à moeda brasileira, que por sua vez levou o Banco Central a aumentar significativamente sua taxa básica de juros. Do lado fiscal, o governo começou a adotar medidas restritivas em 1998, no esforço de reduzir a absorção doméstica e manter a âncora cambial – ponto de destaque na campanha de reeleição de FHC naquele ano. Apesar destas iniciativas, o Brasil viveu sua própria crise cambial no início de 1999, quando o regime de política econômica finalmente mudou para o câmbio flutuante. A política restritiva adotada para defender a âncora cambial e depois para mudar o regime cambial e monetário contribuiu para a desaceleração do PIB, para 1,4% aa, mas manteve a tendência de queda da inflação, que foi de 5,2% aa no triênio.

A fase seguinte, em **2000-02**, foi marcada pela consolidação do atual sistema de política macroeconômica, quando o regime de metas de inflação e câmbio flutuante foi complementado pelas metas de resultado primário e demais regras criadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a partir de 2001. Neste período o PIB acelerou para 3,0% aa, mas a inflação também aumentou significativamente, para uma média de 8,7% aa. Houve aceleração do PIB em 2000, mas a partir de 2001 a situação se deteriorou devido à combinação de restrições de oferta (o racionamento de energia elétrica de 2001) com a fragilidade externa da economia (reservas internacionais reduzidas) em um contexto de incerteza política. A perspectiva de eleição de um candidato de esquerda – Lula – nas eleições de 2002 gerou novo ataque especulativo ao Real, com maxi-depreciação cambial e aumento da inflação em 2002.

O quarto período corresponde ao início do primeiro mandato de Lula, em **2003-05**, quando o governo adotou medidas fiscais e monetárias bem restritivas para combater o desequilíbrio externo e o aumento da inflação herdados dos anos anteriores (Barbosa-Filho, 2008). Houve aumento do resultado primário do governo, com grande corte de investimentos, e aumento da taxa real de juro, para combater a depreciação cambial e aceleração da inflação herdadas do governo FHC. Estas medidas reduziram a absorção doméstica em 2003, mas a elevação da taxa de câmbio real e o crescimento da economia mundial aumentaram as exportações líquidas e aceleraram o crescimento do PIB nos dois anos seguintes. Considerando o triênio como um todo, o ajuste funcionou na direção correta, mas com resultados

macroeconômicos inicialmente moderados: houve aceleração do PIB, para 3,3% aa, e queda da inflação, para 7,5% aa.

O quinto período corresponde à “inflexão da política econômica do governo Lula”, em **2006-08** (Barbosa-Filho e Souza, 2010). Nesta fase também houve um ambiente externo extremamente favorável, que contribuiu para que o governo acumulasse mais reservas internacionais e reduzisse a taxa real de juro devido ao efeito do aumento dos preços de commodities sobre a taxa de câmbio. Assim como durante o Plano Real, a apreciação cambial teve impacto expansionista no curto prazo, com elevação grande elevação do investimento e do consumo. Do lado fiscal, o governo adotou uma política expansionista, mas com orçamento equilibrado (Haveelmo, 1945), direcionando o aumento de arrecadação principalmente para transferências de renda (salário mínimo) e investimentos (o Programa de Aceleração do Crescimento). O PIB de fato acelerou, para o ritmo mais alto dos últimos vinte anos, 5% aa, enquanto a inflação caiu para o seu nível também mais baixo das últimas décadas, 4,5% aa.

A fase seguinte de política econômica, de **2009-11**, foi marcada pelos efeitos da crise financeira internacional iniciada em setembro de 2008 e pelas ações anticíclicas adotadas pelo governo brasileiro (Barbosa-Filho, 2010). Em 2009 e 2010 houve redução dos depósitos compulsório dos bancos, corte da taxa básica de juro, criação linhas especiais de empréstimos das reservas internacionais, expansão do crédito direcionado via BNDES, desonerações tributárias temporárias e aumento do investimento público, sobretudo em habitação (via o programa Minha Casa Minha Vida). Passados os efeitos mais agudos da crise, em 2011, o governo iniciou uma consolidação fiscal e monetária, revertendo parte dos estímulos dos anos anteriores via aumento de depósitos compulsórios, aumento da taxa básica de juro e grande redução de seus gastos discricionários (contingenciamento). Considerando os três anos como um todo, o crescimento do PIB desacelerou para 3,7% aa, mas a inflação aumentou para 5,6% aa devido à redução da taxa de desemprego.

O sétimo período corresponde à deterioração da política econômica em **2012-14**, apontada por vários críticos e reconhecida, também, por defensores dos governos do PT (Barbosa-Filho, 2015; Dweck e Teixeira, 2017). Do lado externo, o cenário mudou a partir de 2012, com queda dos preços de commodities, depreciação cambial e desaceleração do comércio mundial. Do lado interno, houve esgotamento das medidas de estímulo adotadas no período anterior, bem como manutenção de projetos públicos superdimensionados e intervenção excessiva em alguns mercados regulados.

Mais especificamente, do lado fiscal, o gasto público continuou a subir, puxado por programas sociais e investimentos, mesmo diante da desaceleração de receita do governo. Do lado regulatório, houve ações de governo para reduzir spreads de taxas de juro (via bancos públicos), tarifas de infraestrutura (via limitação da taxa interna de retorno de concessões públicas e crédito subsidiado), preços de energia (condicionando renovação de concessões à redução de tarifas e aumentando subsídios), e adiamento de reajuste de preços de combustíveis (por parte da Petrobras) e de transporte urbano (em troca de auxílio fiscal e financeiro a Estados e Municípios).

Como essa combinação de iniciativas era claramente insustentável no médio prazo e, houve grande incerteza econômica por parte de empresas e famílias sobre o tamanho e

formato de ajuste macroeconômico a ser adotado no futuro próximo. Para piorar a situação, a manutenção de metas fiscais ambiciosas via operações orçamentárias não recorrentes gerou desconfiança sobre a real situação fiscal do governo, aumentando ainda mais a expectativa de medidas restritivas no curto prazo. Nesse contexto houve queda de investimentos e desaceleração do consumo, que por sua vez contribuíram a redução do crescimento do PIB, para 1,8% aa. Apesar da redução do nível de atividade e represamento de reajustes de preços monitorados, houve aumento inflação, para 6,1% aa, devido à depreciação cambial e à baixa taxa de desemprego do triênio.

O oitavo e último período, em **2015-17**, corresponde ao inevitável ajuste macroeconômico e à crise política e institucional generalizada dos últimos anos. Esta fase começou com medidas fiscais e monetárias contracionistas, em 2015, baseadas no aumento do resultado primário estrutural², elevação da taxa de juro real e liberalização dos preços monitorados. O impacto inicial negativo dessas medidas foi amplificado por dois choques exógenos: uma nova queda abrupta dos preços da commodities, no âmbito externo, e os efeitos iniciais da Operação Lava Jato sobre o nível de atividade e emprego, no âmbito interno³. Diante da forte queda do nível de atividade, o governo revisou sua estratégia econômica para uma política mais gradualista já no segundo semestre de 2015, mas o acirramento da polarização política impediu o realinhamento da política econômica até o início de 2016, quando a mudança de governo finalmente permitiu a flexibilização da política fiscal.

Os choques adversos também começaram a se dissipar a partir do final de 2016, com recuperação dos preços das commodities, apreciação cambial e diminuição temporária da incerteza política após o afastamento da Presidente Dilma Rousseff a constituição de grande base de apoio ao governo Temer no Congresso. Estes três fatores contribuíram para a estabilização da renda e redução da inflação em 2017, mas sem efeitos duradouros no ano seguinte. Considerando o triênio de crise econômica-política-institucional, o PIB caiu 2,1% aa e a inflação subiu para 6,6% em 2015-17. O aumento da inflação em um contexto de forte recessão ocorreu basicamente devido ao grande choque de oferta negativo de 2015, quando houve liberação dos preços monitorados, choque climático adverso e forte depreciação cambial.

3. O Brasil comparado com o Resto do Mundo

Focando apenas no período 2003-17, o desempenho da economia brasileira foi influenciado não só pelas decisões de política econômica do governo, mas também pela situação internacional e pela evolução da demografia e outras tendências de longo prazo da sociedade brasileira. Para melhor analisar o papel da política econômica na evolução do PIB e da inflação, vale a pena comparar o Brasil com o resto do mundo, sobretudo com países com características similares às brasileiras, como feito recentemente por Carrasco et al. (2014).

Mais especificamente, com base na metodologia de controle sintético proposta por Abadie et al. (2010) para analisar políticas públicas, geralmente na área de saúde, Carrasco et

² Ajustado pelo ciclo econômico e pela tendência dos preços de commodities, de acordo com a metodologia utilizada pelo Ministério da Fazenda (2018).

³ Segundo estimativas de consultorias privadas na época, o efeito econômico inicial da Lava Jato teria reduzido o PIB em até 2,5% em 2015 (matéria publicada no portal G1 em 11/08/2015).

al. (2014) construíram vários grupos de controle para avaliar o desempenho da economia brasileira após a introdução de um “tratamento”: os governos no PT.

As opiniões de Carrasco et al. (2014) são bem negativas sobre o período de 2003-12, que chegam a caracterizar como “década perdida”. O estudo é polêmico, pois a aplicação do método de controle sintético em macroeconomia de séries temporais ainda é recente e controversa, sobretudo se o período em questão for longo, como uma década, e bem diferente da fase utilizada para criar o grupo de controle.

Para avaliar o desempenho da economia brasileira de modo mais detalhado, vale a pena dividir o período analisado por Carrasco et al. (2014) em fases mais curtas do que dez anos, pois como apresentado acima, a política econômica dos governos do PT variou bastante ao longo do tempo. O que acontece quando fazemos isso? Os resultados são bem diferentes em cada fase.

Mais formalmente, segundo os cálculos de Carrasco et al. (2014), o melhor grupo de controle para o PIB per capita do Brasil pré-governo do PT é uma média ponderada da Turquia (57,7%), Tailândia (20,6%), Ucrânia (14,6%) e África do Sul (7,1%).⁴ Com base nessa composição a tabela 2 apresenta o crescimento acumulado do PIB per capita real do Brasil e do grupo de controle, em dólares norte-americanos (USD) ajustados para paridade do poder de compra (PPP), segundo os dados do FMI (World Economic Outlook Database).

Tabela 2. crescimento acumulado do PIB per capita do Brasil e do grupo de controle

Fases	Brasil	Grupo de Controle	Brasil menos Grupo de Controle
2003-05	6.3%	20.4%	-14.1%
2006-08	12.0%	10.5%	1.6%
2009-11	8.3%	6.9%	1.4%
2012-14	2.7%	12.1%	-9.4%
2016-17	-8.7%	8.9%	-17.6%

Fonte: FMI (WEO database) e Carrasco et al (2014), elaboração do autor. O grupo sintético é uma média ponderada da Turquia (57,7%), Tailândia (20,6%), Ucrânia (14,6%) e África do Sul (7,1%).

A evolução das duas séries indica:

- (i) O Brasil cresceu bem menos do que o grupo de controle durante a fase de ajuste macroeconômico do início do governo Lula, em 2003-05.
- (ii) O Brasil se recuperou em relação ao grupo de controle nas duas fases seguintes, quando a política econômica foi redirecionada para a aceleração do crescimento, em 2006-08, e a estabilização da economia pós-crise internacional, em 2009-11.
- (iii) O Brasil voltou a crescer menos do que o grupo de controle em 2012-14, quando houve mudança no cenário internacional e nova mudança de prioridades na política econômica interna, como mencionado na seção anterior.

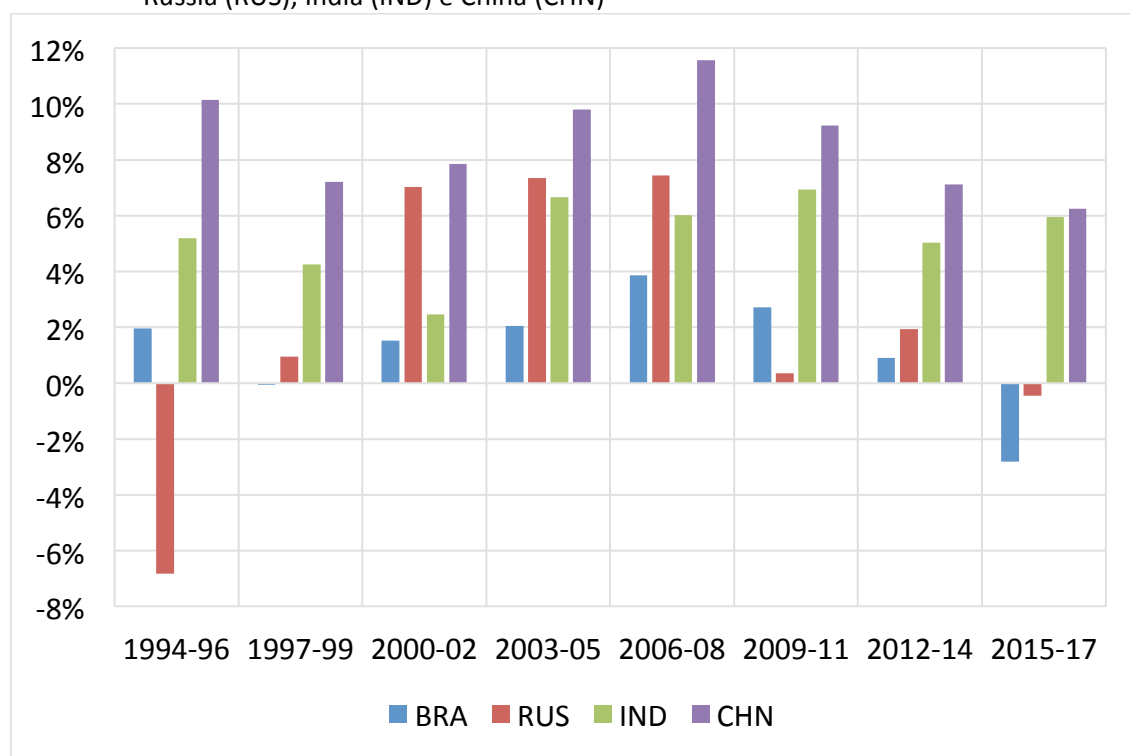
⁴ Como os próprios autores reconhecem, a ausência de dados comparáveis sobre Argentina e Rússia no período em análise limitou a construção do “Brasil sintético”.

- (iv) E o Brasil se distanciou ainda mais do grupo de controle em 2015-17, quando houve queda do PIB per capita enquanto a combinação dos demais países do grupo de controle continuou a crescer.

Por fim, para comparar o Brasil com países reais ao invés de sintéticos, vale apresentar o crescimento da renda per capita de outras economias emergentes com base na periodização de política econômica adotada nas seções anteriores. Obviamente cada país tem seu próprio ciclo político e histórico de choques exógenos, requerendo uma taxonomia própria de política econômica. Porém, como o foco deste artigo é a economia brasileira, a periodização relevante é aquela baseada em nossa história recente.

O gráfico 1 abaixo apresenta o crescimento do PIB per capita, também segundo os dados do FMI, para os “BRICs” (Brasil, Rússia, Índia e China).⁵ Como é conhecido, o desempenho brasileiro (10,4%) foi bem abaixo do verificado na China (94%) e Índia (51,2%) no período de 1994 a 2017. O Brasil também cresceu menos do que a Rússia (18,2%) quando consideramos o período como um todo. Porém, com base na periodização das seções anteriores, houve alguns triênios de melhor desempenho Brasil em relação à Rússia.

Gráfico 1. Crescimento do PIB per capita real (percentual acumulado no triênio): Brasil (BRA), Rússia (RUS), Índia (IND) e China (CHN)



Fonte: FMI (WEO, Abril/18)

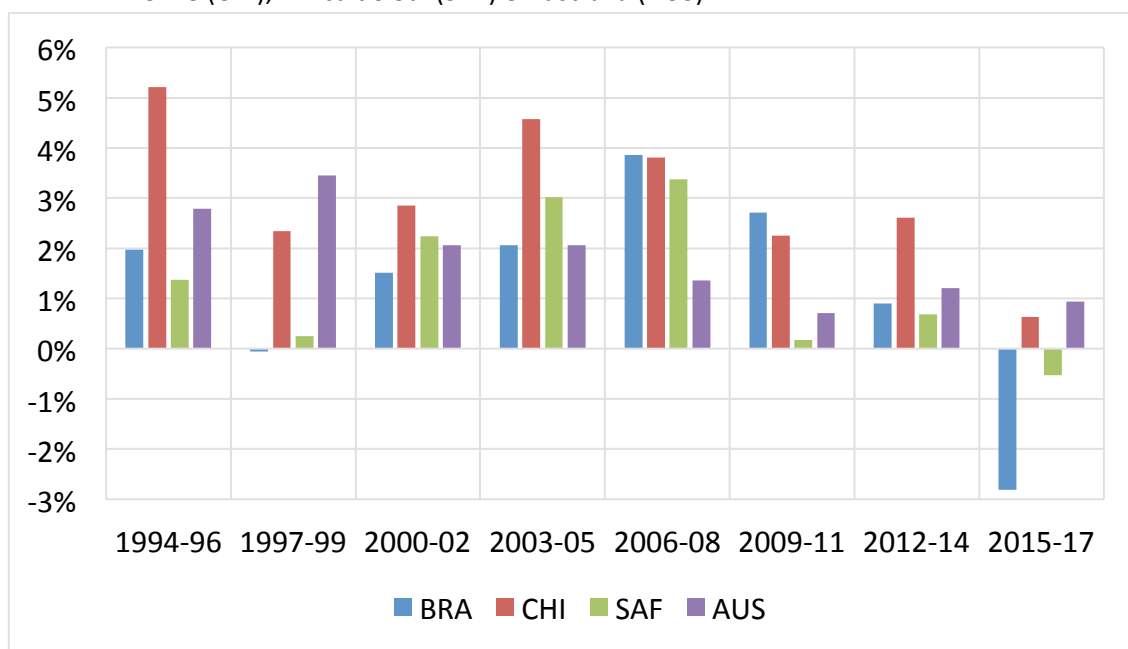
Mais especificamente, o Brasil teve crescimento maior do que a Rússia no triênio de 1994-97, quando aquele país passava pela crise de transição do comunismo ao capitalismo (com forte queda de seu PIB per capita), enquanto o governo brasileiro implementava o plano Real. O Brasil voltou a superar o crescimento da Rússia no triênio de 2009-11, dado o maior impacto da crise internacional de 2008 sobre a taxa de câmbio da Rússia. E mais

⁵ O anexo contém todos os dados apresentados nos gráficos.

recentemente, no triênio de 2015-17, tanto Brasil quanto Rússia registraram queda de seu PIB per capita, mas a redução no Brasil foi bem maior do que na Rússia.

Passando a países exportadores de commodities, o gráfico 2 compara o crescimento do Brasil com três economias: Chile, África do Sul e Austrália. Considerando todo o período de 1994 a 2017, o maior crescimento acumulado ocorreu no Chile (26,9%). O crescimento acumulado do Brasil foi muito próximo do verificado na África do Sul (11%), mas aproximadamente 5 pp abaixo da Austrália (15,5%). Já com base na periodização adotada nas seções anteriores, o Brasil apresentou o pior crescimento acumulado nos triênios de 1997-99 (governo FHC) e 2015-17 (governo Dilma-Temer). Em contraste, o Brasil registrou o maior crescimento do grupo nos triênios de 2006-08 (governo Lula) e 2009-11 (governos Lula-Dilma). Outro ponto interessante é que os quatro países do gráfico 2 registraram desaceleração do seu PIB per capita entre os triênios de 2012-14 e 2015-17, sendo que no caso da África do Sul, também houve queda da renda por habitante, mas em valor bem menor do que no Brasil.

Gráfico 2. Crescimento do PIB per capita real (percentual acumulado no triênio): Brasil (BRA), Chile (CHI), África do Sul (SAF) e Austrália (AUS)



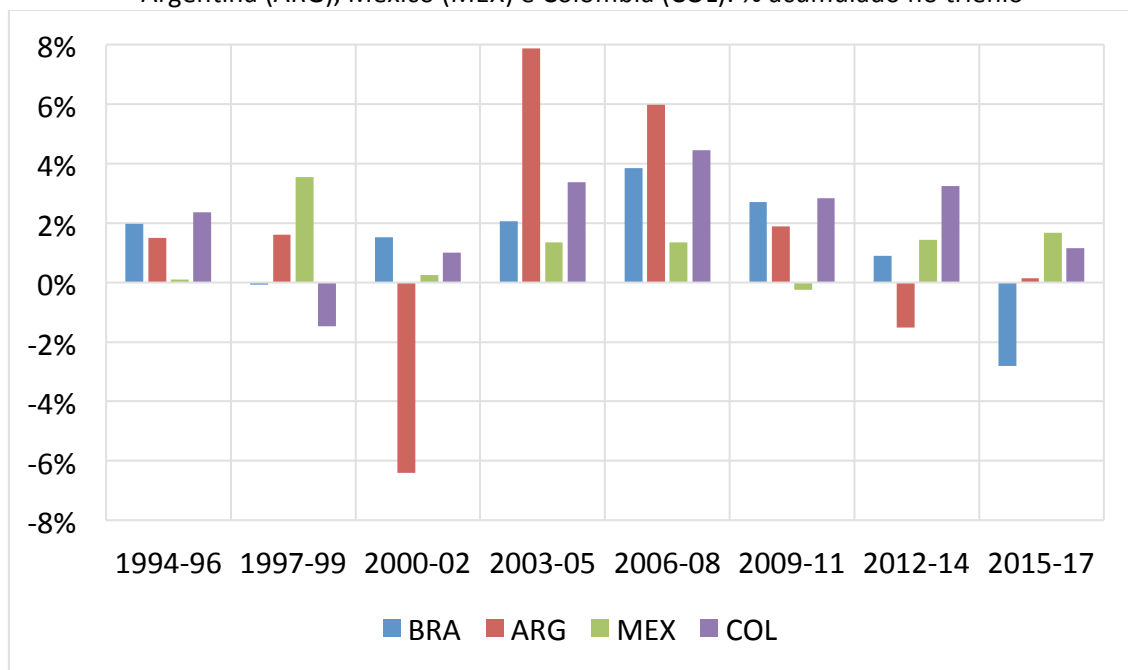
Fonte: FMI (WEO, Abril/18)

Nossa terceira e última comparação é entre Brasil e as maiores economias da América Latina: México, Argentina e Colômbia. O gráfico 3 apresenta os dados e, considerando o período de 1994-17 como um todo, o crescimento do Brasil foi superior ao verificado no México (9,8%), mas inferior à Argentina (15,5%) e à Colômbia (18,1%). Quando analisamos a periodização da política econômica brasileira, o desempenho varia bastante, pois cada país sofreu choques econômicos e mudanças (ou crises) políticas em datas diferentes.

Por exemplo, no triênio de 1994-96, Brasil, Argentina e Colômbia apresentaram crescimento acumulado muito similares, enquanto o México experimentou estagnação devido a uma crise cambial. Já no triênio de 1997-99, foi a vez do Brasil experimentar estagnação devido a uma crise cambial, enquanto México se recuperava, a Argentina mantinha

basicamente a mesma taxa de crescimento e Colômbia registrava queda de PIB per capita devido à graves problemas políticos ligados ao narcotráfico e guerrilhas.

Gráfico 3. Crescimento do PIB per capita real (percentual acumulado no triênio): Brasil (BRA), Argentina (ARG), México (MEX) e Colômbia (COL): % acumulado no triênio



Fonte: FMI (WEO, Abril/18)

No triênio seguinte de 2000-02 a Argentina experimentou sua crise cambial, com grande queda do PIB per capita (menos 6,4%). Houve quase estagnação do PIB per capita no México e pequena recuperação na Colômbia, que ainda enfrentava graves problemas políticos. Neste período conturbado, das quatro maiores economias latino americanas, o Brasil registrou o maior crescimento mesmo sofrendo racionamento de energia, em 2001, e ataque especulativo, em 2002.

Os triênios de 2003-05 e 2006-08 foram marcados por forte recuperação da Argentina e aceleração do crescimento na Colômbia, após grandes mudanças políticas nos dois países (governo Kirchner na Argentina e Uribe na Colômbia). Todas as quatro maiores economias latino americanas registraram expansão de seus PIB per capita neste período, mas com o Brasil superando apenas o México. Já na fase seguinte, em 2009-11, a crise financeira internacional iniciada em setembro de 2008 levou à desaceleração do crescimento das quatro economias. Os desempenhos de Brasil e Colômbia foram praticamente iguais neste período, ligeiramente acima da Argentina, enquanto o México enfrentou nova estagnação, devido a sua maior exposição à economia dos EUA.

No triênio de 2012-14 foi a vez da Argentina experimentar queda do PIB per capita devido a uma nova crise cambial, enquanto o México se recuperava, a Colômbia mantinha a mesma taxa de crescimento e o Brasil desacelerava pelos motivos apontados na primeira seção. Já no triênio de 2015-17, foi o Brasil que experimentou grande queda do PIB per capita, como explicado, também, na primeira seção. Neste período houve estagnação na Argentina e

desaceleração na Colômbia, enquanto o México manteve praticamente a mesma taxa de crescimento per capita.

A comparação do Brasil com países reais, sobretudo com as maiores economias latino americanas, revela o quão importante são choques externos e crises políticas para a evolução do PIB per capita. Neste sentido, a construção de um Brasil sintético como proposto por Carrasco et al (2014) tende a excluir informações históricas importantes para compreender a dinâmica da economia brasileira.

Conclusão

Em uma visão simplista, a interpretação das tabelas 1 e 2 poderia ser que, quando medida pela evolução do PIB, inflação e PIB per capita, a “qualidade da política econômica” dos últimos anos foi maior em 2006-11 do que antes e depois de tal período. Porém, os bons resultados de 2006-11 devem ser colocados em perspectiva histórica, pois eles ocorreram em um contexto internacional bem favorável ao Brasil, bem como só foram possíveis devido aos ajustes e aperfeiçoamentos da política econômica realizados nos anos anteriores, sobretudo em 2003-05.

Política econômica é normalmente uma atividade sequencial e incremental, onde as ações de hoje criam as bases e influenciam os resultados de amanhã. Em anos de eleições alguns analistas esquecem esse fato básico para defender a posição política e ideológica que preferem. Não há nada errado em analistas econômicos terem posições políticas, pois somos todos eleitores. O problema ocorre quando os dados são apresentados de modo parcial ou incompleto para reforçar uma determinada visão política.

Uma análise objetiva dos números da economia brasileira revela que, contrário a percepção geral dos críticos do PT, a “perda de qualidade” da política econômica não ocorreu após 2006 ou 2009, mesmo quando utilizamos a metodologia de um estudo altamente crítico aos governos Lula e Dilma, como o de Carrasco et al. (2014). Os maiores problemas ocorreram em 2012-14 e começaram a ser corrigidos a partir de 2015, ainda sob o governo do PT, primeiro com um ajuste recessivo, depois via flexibilização fiscal e propostas de reformas do longo prazo, que é a fase gradualista em que nos encontramos desde 2016.

Referências

- Abadie, A., Diamond, A. e Hainmueller, J. (2010) “Synthetic Control Methods for Comparative Case Studies: Estimating the Effect of California’s Tobacco Control Program”, *Journal of the American Statistical Association*, 105(490), p. 493-505.
- Barbosa-Filho, N.H. (2008) “An Unusual Economic Arrangement: The Brazilian Economy during the First Lula Administration, 2003-2006”, *International Journal of Politics, Culture, and Society*, 19(3-4), p. 193-215.
- Barbosa-Filho, N.H. (2010) “Latin America: Counter-Cyclical Policy in Brazil: 2008-09”, *Journal of Globalization and Development*, 1(1), p.1-14. DOI: 10.2202/1948-1837.1052.

- Barbosa-Filho, N.H. (2015) "Monetary Policy with a Volatile Exchange Rate: The Case of Brazil since 1999", *Comparative Economic Studies*, 57(3), pp. 401-425.
- Barbosa-Filho, N.H. e SOUZA, J.A.P. (2010) "A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda", in: E. Sader e M. A. Garcia (Orgs.) *Brasil: entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo
- Carrasco, V., de Mello, J. e Duarte, I. (2014) "A Década Perdida: 2003-12", *Texto para Discussão*, n.626, Departamento de Economia da PUC-Rio. Disponível em www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td626.pdf. Acessado em 07/09/2018.
- Carvalho, L. (2018) *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia.
- De Bolle, M. (2016) *Como matar a borboleta azul: uma crônica da era Dilma*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Dweck, E. e Teixeira, R. (2017) "A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica", *Texto para Discussão*, n.303, Instituto de Economia da Universidade de Campinas.
- Giambiagi, F. (2011) "Estabilização, Reforma e Desequilíbrios Macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002)". In: F. Giambiagi, A. Villela, L. de Castro e J. Hermann (Orgs.) *Economia Brasileira Contemporânea*, Rio de Janeiro: Elsevier.
- Haveelmo, R. (1945) "Multiplier Effects of a Balanced Budget", *Econometrica*, 13(4), pp. 311-318,
- Lisboa, M. (2015), "O modelo de intervenção do Estado na economia se esgotou? Sim", *Revista Época*, Disponível em www.epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/10/o-modelo-de-intervencao-do-estado-na-economia-se-esgotou-sim.html. Acessado em 07/09/2018.
- Ministério da Fazenda (2018) *Resultado Fiscal Estrutural*, Brasília: Ministério da Fazenda. Disponível em www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/transparencia-fiscal/boletim-resultado-fiscal-estrutural. Acessado em 07/09/2018.
- Safatle, C., Borges, J. e Oliveira, R. (2016) *Anatomia de um Desastre*, São Paulo: Portfolio-Penguin.
- Werneck, R. (2010) "A Deterioração do Regime Fiscal no Segundo Mandato de Lula e Seus Desdobramentos", *Texto para Discussão*, n.587, Departamento de Economia da PUC-RJ.

Anexos

Tabela A1. Variação do PIB e IPCA, % ao ano e % anual médio de cada triênio

Ano	PIB	IPCA	PIB média de 3 anos	IPCA média de 3 anos
1994	5,33	916,46	4,0	NA
1995	4,42	22,41		
1996	2,21	9,56		
1997	3,39	5,22	1,4	5,2
1998	0,34	1,65		
1999	0,47	8,94		
2000	4,39	5,97	2,9	8,7
2001	1,39	7,67		
2002	3,05	12,53		
2003	1,14	9,30	3,3	7,5
2004	5,76	7,60		
2005	3,20	5,69		
2006	3,96	3,14	5,0	4,5
2007	6,07	4,46		
2008	5,09	5,90		
2009	-0,13	4,31	3,7	5,6
2010	7,53	5,91		
2011	3,97	6,50		
2012	1,92	5,84	1,8	6,1
2013	3,00	5,91		
2014	0,50	6,41		
2015	-3,77	10,67	-2,1	6,6
2016	-3,46	6,29		
2017	0,99	2,95		

Fonte: IPEADATA, elaboração do autor

Tabela A2. PIB per capita do Brasil e grupo de controle, em USD ajustados pela paridade do poder de compra

Ano	Brasil	África do Sul	Tailândia	Turquia	Ucrânia	Grupo de controle
1994	10.973	9.090	8.779	11.056	5.977	9.706
1995	11.281	9.176	9.384	11.668	5.296	10.090
1996	11.213	9.395	9.815	12.297	4.819	10.488
1997	11.420	9.484	9.450	13.028	4.706	10.824
1998	11.288	9.389	8.643	13.241	4.660	10.767
1999	11.173	9.469	8.955	12.610	4.691	10.478
2000	11.491	9.715	9.283	13.258	5.016	10.984
2001	11.489	9.832	9.513	12.302	5.527	10.563
2002	11.681	10.117	10.006	12.935	5.873	11.101
2003	11.661	10.294	10.631	13.501	6.483	11.658
2004	12.179	10.635	11.203	14.624	7.300	12.567
2005	12.417	11.059	11.574	15.745	7.581	13.361
2006	12.759	11.533	12.060	16.654	8.205	14.110
2007	13.382	11.996	12.626	17.279	8.932	14.727
2008	13.912	12.216	12.760	17.199	9.178	14.759
2009	13.750	11.867	12.592	16.154	7.819	13.899
2010	14.636	12.060	13.460	17.249	7.871	14.731
2011	15.071	12.281	13.514	18.909	8.328	15.782
2012	15.218	12.372	14.425	19.578	8.363	16.367
2013	15.535	12.494	14.745	20.952	8.384	17.238
2014	15.479	12.516	14.802	21.743	8.290	17.694
2015	14.773	12.485	15.197	22.760	7.509	18.246
2016	14.129	12.324	15.656	23.169	7.715	18.595
2017	14.127	12.215	16.210	24.109	7.889	19.269

Fonte: FMI (WEO Database, Abril/18), grupo de controle igual à média ponderada da Turquia (57,7%), Tailândia (20,6%), Ucrânia (14,6%) e África do Sul (7,1%).

Tabela A3. Crescimento do PIB capita do Brasil e países selecionados, em USD ajustados pela paridade do poder de compra

	BRA	RUS	IND	CHN	CHI	SAF	AUS	ARG	MEX	COL
1994-96	2,0%	-6,8%	5,2%	10,1%	5,2%	1,4%	2,8%	1,5%	0,1%	2,4%
1997-99	-0,1%	0,9%	4,3%	7,2%	2,3%	0,3%	3,5%	1,6%	3,5%	-1,5%
2000-02	1,5%	7,0%	2,5%	7,8%	2,9%	2,2%	2,1%	-6,4%	0,2%	1,0%
2003-05	2,1%	7,4%	6,7%	9,8%	4,6%	3,0%	2,1%	7,9%	1,3%	3,4%
2006-08	3,9%	7,4%	6,0%	11,6%	3,8%	3,4%	1,4%	6,0%	1,3%	4,5%
2009-11	2,7%	0,4%	6,9%	9,2%	2,3%	0,2%	0,7%	1,9%	-0,2%	2,8%
2012-14	0,9%	1,9%	5,0%	7,1%	2,6%	0,7%	1,2%	-1,5%	1,4%	3,2%
2015-17	-2,8%	-0,5%	5,9%	6,3%	0,6%	-0,5%	0,9%	0,1%	1,7%	1,1%
Memo:										
1994-17	10,4%	18,2%	51,2%	94,0%	26,9%	11,0%	15,5%	10,9%	9,8%	18,1%

Fonte: FMI (WEO Database, Abril/18), Brasil=BRA, Rússia=RUS, Índia=IND, China=CHN, Chile=CHI, África do Sul=SAF, Austrália=AUS, Argentina=ARG, México=MEX e Colômbia=COL.